



BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

Consumo em Moçambique: Contar com as Próprias Forças... ou dos Outros?

Nos últimos cinquenta anos Moçambique consumiu persistentemente mais do que foi capaz de produzir. Ironicamente, precisamente na década em que mais se exaltou o slogan político, contar com as nossas próprias forças, foi quando o Estado mais fez para que o país passasse a contar com das forças dos outros; ou seja, a depender da poupança externa ou poupanças dos outros países, mobilizada de formas diversas: ajuda, endividamento e investimento estrangeiro. Em meados da década de 1980 o consumo agregado moçambicano excedeu o produto interno bruto (PIB) em cerca de um terço. Entretanto, na primeira década do novo Milénio a economia moçambicana começou a gerar um pequeno excedente como poupança interna, potencialmente capaz de complementar o investimento que até aqui tem sido financiado principalmente pela poupança externa. O tempo dirá se a recente tendência do consumo moçambicano não passará de um episódio temporário e corresponde a uma mudança na estratégia de crescimento económico, a favor de um maior papel da poupança interna na economia nacional, visando realmente contar cada vez mais com as nossas próprias forças. A presente edição do Boletim Bibliográfico (BB) reúne um conjunto de referências bibliográficas sobre a problemática do consumo individual, familiar e agregado em Moçambique, considerado nas suas múltiplas ligações com a renda, a poupança e o investimento, bem como suas implicações para o crescimento económico e o desenvolvimento humano. Este BB n° 50 contém quatro partes. A primeira reúne trabalhos explicitamente dedicados ao consumo, principalmente o consumo agregado, resultantes da pesquisa realizada por investigadores permanentes e associados do IESE. A segunda parte inclui publicações de outras fontes disponíveis no IESE, relevantes para a análise e o entendimento da evolução, tendência, padrões e componentes do consumo moçambicano. A terceira parte contém referências extraídas da literatura cinzenta, incluindo teses, artigos de jornais locais, redes sociais e documentos não publicados mas usados no debate público. A quarta parte identifica algumas bases de dados estatísticos que merecem continuar a ser exploradas, visando o aprofundamento do entendimento que se tem sobre a evolução e as relações de interdependência entre consumo, poupança e investimento em Moçambique.

Publicações do IESE sobre o tema

Brito, L. de et al. (2015) Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008–2012). Maputo. IESE. Cadernos IESE No 14P. Disponível em: www.iese.ac.mz.

Em Fevereiro de 2008 e Setembro de 2010, as cidades de Maputo e Matola foram palco de protestos violentos contra a subida do custo de vida, protagonizados por grupos de populares. Tais protestos foram logo depois replicados em algumas outras cidades do país, mas numa dimensão bem mais restrita e rapidamente controlados pelas forças policiais. Em Novembro de 2012, um novo protesto emergiu, mas a acção repressiva imediata pelas forças da polícia, nos locais críticos de concentração dos populares, impediu que a violência se generalizasse, ainda que não tenha evitado a paralisia quase total da actividade no grande Maputo, durante um dia e meio.

Este estudo defende que embora as greves que abalaram Moçambique em 2008 e 2010 e ameaçaram repetir-se em 2012 tenham sido parte de um movimento global mais amplo, causado pelos aumentos e volatilidade dos preços dos alimentos no mercado mundial, elas foram acima de tudo um reflexo da dinâmica económica local e resultaram da exclusão social e política

à qual estão condenados os estratos sociais urbanos mais pobres em Moçambique.

Francisco, A. (2015a) Estratégias de crescimento económico e desenvolvimento na CPLP. Maputo. IESE. IDelIAS N° 77p. http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77p.pdf.

Francisco, A. (2015b) Economic growth and development strategies in the CPLP. Maputo. IESE. IDelIAS N° 77e. Maputo. IESE Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_Ideias77e.pdf.

O artigo fala sobre a evolução e a relevância estratégica do consumo agregado de Moçambique, no contexto político nacional, no decurso de meio século, com destaque para períodos históricos como: 1960-1974; 1974-1984; 1984-1994; e 1994-2010. O texto visa contribuir para o esclarecimento de alguns equívocos, centrando a atenção na evolução e relevância do consumo agregado vis-à-vis o produto interno bruto (PIB) e o produto nacional bruto (PNB). A partir da análise dos dados empíricos de longa duração o artigo mostra existir um traço comum na estratégia de crescimento implementada ao longo do tempo: independentemente dos regimes políticos e das diferenças

nas políticas económicas específicas, a estratégia de crescimento assenta no recurso ao financiamento do investimento recorrendo principalmente à poupança externa. Não se admira, por isso, que palavras de ordem famosas, que eram repetidas e exaltadas insistentemente no período revolucionário, como por exemplo “contar com as próprias forças”, depressa se tenham revelado slogans vazios e enganadores. Se entendermos “próprias forças” como capacidade endógena de gerar poupança e acumulação de excedentes, nunca Moçambique foi tão dependente das “forças dos outros”, como na primeira década de independência. Entretanto, um quarto de século mais tarde, a primeira década do novo Milénio apresenta uma certa ruptura com a tendência precedente do consumo e da poupança interna. Contudo, ainda é cedo para perceber se esta nova tendência corresponde a uma alteração substancial da estratégia de desenvolvimento, visando livrar o país da dependência extrema das poupanças externas, ou faz parte de um processo de transformação em vias de subdesenvolvimento.

Francisco, A. e Siúta, M. S. (2014a) O Nascimento da Poupança Doméstica Moçambicana: Evidências e Significado. In: L. de Brito, et al. (eds.), Desafios para Moçambique 2014. Maputo. IESE. pp. 313-363. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2014/IESE-Desafios2014_11_PopDom.pdf

O artigo analisa a trajectória e a evolução do consumo agregado moçambicano entre 1960 e 2010, no contexto da análise do nascimento da poupança interna moçambicana, por volta do último quinquénio do século XX. Considera a primeira década do novo milénio com uma década inédita, porque no decurso de cinco décadas, o período 2000-2010 pela primeira vez apresenta uma poupança interna média positiva, correspondente a cerca de 2% do PIB, com base nos dados usados na pesquisa. Esta poupança interna resulta dum maior crescimento da renda comparativamente ao consumo agregado: Em termos históricos, isto representa uma ruptura com a tendência anterior, o que por si só tem um significado importante, principalmente de implicar que o crescimento económico poderá passar a depender mais da poupança interna do que da poupança externa.

Francisco, A. e Siúta, M. (2014b) Poupança Interna: Moçambique e os Outros. Maputo. IESE. IDelIAS Nº 64p. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_64p.pdf.

Francisco, A. e Siúta, M. (2014c) Domestic Savings: Mozambique and the Others. Maputo. IESE. IDelIAS, Nº 64e. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_64e.pdf.

Este breve artigo compara os níveis e tendências da poupança interna e do consumo em Moçambique com os de outros países do

mundo e em especial os países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla inglesa). A nível internacional, Moçambique é um dos países que consomem quase tudo ou até mais do que são capazes de produzir (98% do PIB em 2000-2010). Em 2010, o padrão de vida moçambicano, medido pelo PIB real per capita, era dos mais baixos da SADC. Pior do que Moçambique apenas encontram-se Madagascar, Malawi, Zimbabwe e a República Democrática do Congo – países cujo consumo agregado, ainda que não sendo superior ao PIB, representou mais de 90% do mesmo.

Francisco, A. e Siúta, M. (2014d) Poupança Interna Moçambicana: 2000 -2010, uma Década Inédita. IDelIAS nº 63p. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_63p.pdf.

Francisco, A. e Siúta, M. (2014e) Mozambican Domestic Savings: 2000-2010, na Unprecedented Decade. Maputo. IESE. IDelIAS Nº 63e. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_63e.pdf

Este artigo compara o consumo agregado, o investimento, a poupança interna e externa em Moçambique, no período 1960-2010. O título do artigo realça a última década (2000-2010) da série de dados, como uma década inédita, por dois motivos. Primeiro, foi a primeira década, e por enquanto a única, com uma poupança interna positiva (cerca de 2% do PIB, em média por ano). Em segundo lugar, esta foi a primeira década em que o investimento (17% do PIB) superou a poupança externa (15%), por causa do contributo positivo da poupança (privada) interna (2%).

Francisco, A.; Sugahara, G. e Fisker, P. (2013a) Envelhecer em Moçambique: Dinâmicas do Bem-Estar e da Pobreza. Maputo. IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/IESE_DinBem.pdf.

Francisco, A.; Sugahara, G. e Fisker, P. (2013b) Growing old in Mozambique: Dynamics of well-being and poverty. Maputo. IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/IESE_DynWell.pdf.

Este livro discute a dinâmica e as dificuldades vividas pela população idosa em Moçambique. Uma dessas dificuldades é a pobreza de consumo – a incapacidade de adquirir uma cesta de alimentos e outros bens não-alimentares suficientes para uma vida minimamente adequada. Além de comparar as estimativas de pobreza de consumo, entre agregados familiares com e sem idosos, o livro discute as implicações dos critérios usados para medir os níveis de pobreza. De acordo com a linha oficial de pobreza, utilizada pelo governo moçambicano, 58% dos agregados familiares com idosos vivem abaixo da linha da pobreza, mas essa taxa pode chegar a 60% contra 55% para agregados sem idosos,

usando os critérios de definição de linha de pobreza utilizados pelo Banco Mundial.

Francisco, A., e Muhorro, S. (2011a) Pauperização rural em Moçambique na 1ª década do século XXI. Maputo, IESE. IDelIAS No 34. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_34.pdf.

O IDelIAS Nº 34 coloca os resultados da pesquisa realizada pelo segundo autor, para a sua tese de Licenciatura, sob supervisão do primeiro autor, no contexto mais amplo do debate sobre a evolução da pobreza em Moçambique. Segundo o estudo de Muhorro (2011), a incidência de pobreza rural da renda aumentou em Moçambique de 70% em 2002 para 86% em 2008. A análise da pobreza com base no consumo (alimentar e não-alimentar) revela que o efectivo de pobres rurais baixou de 8,2 milhões, em 1997, para 7 milhões, em 2003; mas nos anos seguintes, o número de pobres aumentou para um nível superior ao de 1997, atingindo cerca de 8,6 milhões em 2009. Além disso, o artigo mostra que o nível de pobreza terá também aumentado dentro das camadas mais pobres da população enquanto as camadas mais ricas tornaram-se relativamente mais ricas em termos de rendimentos que auferem.

Wuyts, M. (2011b). Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. Maputo. IESE. IDelIAS No 35p. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_ideias.

Wuyts, M. (2011c). Does economic growth always reduce poverty? Reflections on the Mozambican experience. . Maputo. IESE. IDelIAS No 35e. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_ideias.

Este breve texto argumenta que o crescimento substancial do produto interno bruto (PIB) per capita pode ser consistente com a estagnação ou mesmo aumento da incidência da pobreza, mesmo que a desigualdade (medida pelo coeficiente de Gini) não aumente. Este argumento, ilustrado com o caso específico de Moçambique, tem implicações importantes para estratégia económica. A lição apontada pelo autor é que embora a produção para exportação seja sem dúvida importante, é igualmente importante garantir a produção para o mercado doméstico – em particular a produção e circulação de bens de consumo essenciais a preços acessíveis para as camadas mais pobres, em especial de bens alimentares.

Publicações sobre o Tema Disponíveis no IESE

Boom, B. V. D.; Halsema, A. e Molini, V. (2015) Are we confusing poverty with preferences? The World Bank. Policy Research Working Paper Series No. 7247. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/wbk/wbrwps/7247.html>.

A adaptação da linha de pobreza nacional ao contexto específico dos padrões de consumo dos pobres tornou-se cada vez mais popular. Contudo, este artigo defende que tal adaptação metodológica ao contexto específico pode ter sentido numa análise das preferências mas não da pobreza. O artigo fornece evidências teóricas e empíricas a favor de uma linha de pobreza nacional, como mais adequada para a comparação dos padrões de vida entre os pobres, pelo menos nas condições prevalentes em Moçambique e no Gana. O problema está principalmente no risco de se reduzir a escala relativa às dietas alimentares mais baratas e ao baixo componente não-alimentar da população rural pobre. O documento mostra como o comportamento observado pode não revelar as preferências, nem tão pouco detectar preferências heterogêneas entre os pobres. Em vez disso, o padrão de consumo é o resultado da própria condição de pobreza. A pobreza é confundida com as preferências se as dietas em calorias mais baratas são vistas como uma questão de gosto, quando na verdade reflectem falta de meios para consumir uma dieta de maior qualidade, como revelam as estimativas da curva de alimentos de Engel.

UNDP. (2014). Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. 1ª ed. New York. United Nations Development Programme (UNDP). Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf.

O Relatório defende que as habituais medidas destinadas a combater a pobreza têm por base o rendimento ou o consumo, que registam importantes dimensões da privação, mas fornecem apenas uma imagem parcial. As privações a que as pessoas estão sujeitas vão muito além do rendimento, nomeadamente, a falta de saúde, a má nutrição, a escolaridade e competências insuficientes, modos de vida e condições familiares inadequados e ainda a exclusão social. Alguns destes aspectos mais amplos da pobreza são integrados no conceito e índice de pobreza multidimensional, actualizados anualmente, desde 2010, pelo PNUD. Uma pessoa é identificada como multidimensionalmente pobre (ou "MPI pobre") se estiver privada de pelo menos um terço dos dez indicadores ponderados incluídos no índice; em outras palavras, o ponto de corte para a pobreza é de 33,33%. Relativamente a Moçambique, o MPI estima que cerca de 69,5% da população é multidimensionalmente pobre e cerca de 37% dos moçambicanos dos moçambicanos apresentam privações extremas, principalmente desnutrição grave ou menos de um ano de educação. O Norte e a zona rural do país são as regiões mais afectadas pela pobreza multidimensional, nomeadamente as províncias da Zambézia (88,1%) e Cabo Delgado (87%). O relatório defende ainda que uma forma de se avaliar o progresso do desenvolvimento é analisar o crescimento do consumo entre os 40 por cento mais pobres da população. Nos países que registam uma desigualdade elevada ou crescente (e.g.: China, Malásia, Uganda e também Moçambique) o crescimento do consumo para

os que se situam no extremo mais pobre da cadeia de distribuição tem sido mais lento do que para o conjunto da população.

Alfani, F. et al. (2012) Poverty in Mozambique: new evidence from recent household surveys The World Bank. WPS Nº 6217 Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/2012/10/16793468/poverty-mozambique-new-evidence-recent-household-poverty-mozambique-new-evidence-recent-household>.

Este estudo apresenta os resultados da investigação e análise crítica dos dados estatísticos do Inquérito sobre o Orçamento Familiar (IOF 2008/2009), visando aferir sobre os seus potenciais problemas metodológicos, a robustez das estimativas oficiais de pobreza em Moçambique, e fornecer estimativas alternativas de pobreza e bem-estar consistentes com os problemas metodológicos e analíticos identificados. O estudo constata que os resultados oficiais sobre pobreza sobrestimam as taxas de pobreza nas províncias do Sul de Moçambique e áreas urbanas, enquanto subestimam a prevalência da pobreza nas regiões centro e Norte e zonas rurais do resto do país. Por exemplo, as zonas rurais das províncias de Niassa e Cabo Delgado são apresentadas como menos pobres do que as zonas urbanas da província de Maputo, o que contrasta completamente com uma grande diversidade de outros dados estatísticos a mostrarem precisamente o oposto (ver o MPI do PNUD, 2014). O estudo, além de apontar erros nos dados oficiais, fornece medidas alternativas de pobreza mais consentâneas com realidade moçambicana – uma alternativa melhor aos dados oficiais.

Van den Boom, B. (2011) Analysis of Poverty in Mozambique: Household poverty status, child malnutrition and other indicators 1997, 2003, 2009. Centre for World Food Studies, VU University. Disponível em: http://www.undp.org/mz/en/content/download/2626/11963/file/Analysis_of_Poverty_in_Moz_March_2011ENG.pdf.

Este artigo identifica e analisa evidências de incongruências marcantes nos padrões de pobreza em Moçambique, ao longo do tempo (1997-2009) e nos diversos grupos populacionais e províncias. Por exemplo, ao comparar as três "Avaliações Nacionais da Pobreza" disponíveis, concluiu-se que a incidência da pobreza diminuiu acentuadamente de 69% em 1997 para 54% em 2003, mas, praticamente, manteve-se no período recente de 2003-2009 (de 54,1% para 54,7%). Por outro lado, a posição de Maputo apareceu extraordinária no sentido de que a pobreza na Cidade de Maputo era quase tão alta como em várias outras partes do país, e a província de Maputo surgiu entre as províncias mais pobres, enquanto, de um modo mais geral, a dimensão rural-urbana apareceu muito menos manifesta do que se poderia esperar. Além disso, a ligação entre a pobreza dos agregados familiares, por um lado – em termos de deficiência de consumo - e a presença de crianças malnutridas e a falta de recursos por outro lado, revelou-se

bastante fraca. O artigo investiga a situação de pobreza dos agregados familiares e afirma que os padrões inesperados podem ser parcialmente atribuídos à escolha de uma linha de pobreza de um espectro de linhas teoricamente admissíveis. Recorrendo a uma metodologia alternativa, as novas estimativas indicam uma redução da pobreza de 70% em 1997 para 61% em 2003, e uma subsequente melhoria a um ritmo inferior para 57% em 2009; a incidência da pobreza surge relativamente baixa em Maputo, mais consistente a nível provincial, muito maior na área rural e mais em linha com outras dimensões da pobreza.

Cunguara, B. e Hanlon, J. (2010) Poverty is not being reduced in Mozambique. London School of Economics and Political Science, LSE Library. LSE Research Online Documents on Economics No. 28467. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ehl/lserod/28467.html>.

O artigo discute as tendências da pobreza e do rendimento dos agregados familiares em Moçambique. Procura demonstrar, em particular, os factores que levaram ao fracasso das políticas do governo moçambicano e do modelo de desenvolvimento, por si adoptado e promovido pelos doadores, para combater a pobreza. Discute ainda a questão da "armadilha da pobreza", relacionada à pobreza do consumo que se explica pelos moldes em que as famílias mais pobres têm de adquirir bens alimentares e não alimentares para consumo próprio. Os autores defendem que comprar em pequenas quantidades é sempre mais caro que comprar a grosso; vender milho em latas sempre lucra menos por quilograma vendido, comparando com a venda em medidas padronizadas (por exemplo, sacos de 100kg). Comprar óleo em plastiquinhos sai muito mais caro do que comprar óleo ao litro. Se outros serviços estiverem disponíveis nas zonas rurais (por exemplo, água canalizada ou energia), o pobre paga mais caro porque geralmente paga com multas devido ao atraso no pagamento." (p. 14).

James, R. C.; Arndt, C. e Simler, K. R. (2005) Has economic growth in Mozambique been pro-poor? Journal of African Economies, 15(4), 571-602. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1288836.

Comparando os resultados do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) 1996/1997 e 2002/2003 James e colegas analisam os dados sobre o nível de consumo das famílias moçambicanas com o objectivo de verificar se o crescimento económico terá contribuído para reduzir os níveis de pobreza no período abrangido pelo inquérito. Com base nos dados do consumo das famílias os autores constataram dois aspectos: primeiro, os níveis de pobreza aumentaram entre as camadas mais pobres, entre o primeiro e o segundo períodos do Inquérito chegando a 20% das famílias mais ricas a ter um nível de consumo 8 vezes superior ao das famílias mais pobres; e, segundo, o grau de desigualdade é maior nas zonas urbanas do que nas zonas rurais e em termos regionais a

zona sul de Moçambique apresenta maior desigualdade que às zonas centro e norte (coeficientes de GINI: 0,52 para a zona Sul e 0,39 para a norte e centro).

Literatura Cinzenta sobre o tema disponível no IESE

Banco de Moçambique (2014) Determinantes da Poupança em Moçambique. Maputo, Banco de Moçambique.

Este estudo analisa os determinantes da poupança em Moçambique entre 1991 e 2012. Embora o seu foco seja a poupança, o conteúdo do documento é também bastante útil para se conhecer e perceber a dinâmica do consumo em Moçambique. O documento fornece alguns dados sobre os elevados níveis de consumo público e privado, comparativamente às receitas colectadas, para o governo, e ao rendimento gerado, pelas famílias e empresas. Consta que 98% das famílias consomem acima do rendimento auferido ou gerado, enquanto o Estado e a maioria das famílias não possuem poupanças, sendo devedores. Em geral, apenas 2% das famílias é que consomem menos do que produzem, sendo responsáveis pelo sector empresarial privado que estão a contribuir para a emergência da poupança interna moçambicana. O estudo analisa, também, os determinantes microeconómicos da poupança das famílias, com base no Inquérito ao Orçamento Familiar de 2008/2009 (IOF 2008/2009) com o objectivo de identificar quais os factores (entre, por exemplo, idade, nível de escolaridade, rendimento-emprego, etc.) que determinam a maior ou menor propensão a consumir e poupar o rendimento disponível.

Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) (2010) Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional. Moçambique. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas. Disponível em: http://www.mpd.gov.mz/index.php/documentos/estudos/outros/551--45/file?force_download=1

Este é um dos principais documentos programáticos do Governo Moçambicano, destinado a avaliar o desempenho das políticas públicas contra a pobreza. Apresenta uma avaliação quantitativa da situação da pobreza em Moçambique em 2008/09 e suas tendências, particularmente desde o primeiro inquérito em 1996/1997. Os resultados indicam que em 2008/09 a pobreza de consumo, não reduziu em Moçambique. Embora ela tenha diminuído significativamente entre 1996/97 e 2002/03, o Inquérito sobre o Orçamento Familiar 2008/09 revela que a pobreza nacional com base no consumo manteve-se praticamente inalterada comparativamente à avaliação anterior, realizada em 2003; cerca de 55% da população moçambicana permanece abaixo da linha de pobreza nacional.

José, V. B.. (2008) A dinâmica do consumo privado na economia Moçambicana (1987 - 2005) Tese de Licenciatura. Disponível em: <http://www.saber.ac.mz/handle/10857/2058>.

Esta tese discute a dinâmica do consumo privado em Moçambique, entre 1987 e 2005, procurando identificar os determinantes do consumo das famílias moçambicanas num quadro económico influenciado por conjunturas sociopolíticas. Para tal o autor considera dois períodos da história moçambicana desde 1987. O primeiro, 1987-1994, que abrange os anos entre o início do processo de liberalização da economia moçambicana (1987) com a adesão de Moçambique às instituições de BrettonWoods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e as primeiras eleições gerais (1994) com o fim da guerra civil; e, segundo, 1995-2005, um período de relativa instabilidade política. Como principais determinantes do consumo privado o autor identifica o nível de actividade económica do país medido pelo produto interno bruto, a taxa de câmbios e a massa monetária.

Banco Mundial, Moçambique, Março 2015: Notas de Políticas para o Novo Governo em Moçambique - Nota 1: Como diversificar a economia de Moçambique? Nota 2: Como tornar o crescimento mais sustentável? Nota 3: Como tornar o crescimento mais inclusivo? Nota 4: Como reforçar as instituições do sector público?

O Banco Mundial, em Moçambique, tem vindo a realizar encontros de reflexão em torno da reparação da sua nova estratégia operacional para Moçambique, que passa a designar-se Plataforma de Parceria, ou em Inglês, Country Partnership Framework. Ainda que notas aqui referenciadas possam vir a ser objecto de modificações, elas veiculam ideias, percepções, reflexões, sugestões e propostas que poderão influenciar, directa ou indirectamente, políticas governamentais e de outros actores da sociedade moçambicana. Por exemplo, a Nota 3 destaca o ponto também referido pelo Relatório de Desenvolvimento Humano 2014, relativamente ao crescimento no consumo indicar que 40% da população mais pobre tem beneficiado menos do crescimento do que a população em geral. Adianta ainda que o consumo interno geral e o rendimento nacional cresceram a uma taxa mais baixa do que o PIB. Segundo a Nota 3, isto reflecte o grande tamanho do investimento estrangeiro e o facto de uma grande parte da renda do país ter beneficiado principalmente o capital. Enquanto o consumo global aumentou 4,7%, em média, entre 1996 e 2009, o PIB real cresceu a uma média de 8,4%, durante o mesmo período.

Siúta, M. S. (2014) Papel da Poupança Externa e seu Impacto no Crescimento Económico em Moçambique. Tese de Licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Maputo, Moçambique.

Esta tese analisa o papel primordial da poupança externa no crescimento económico em Moçambique. Na ausência de poupança interna, o estudo mostra que a poupança externa

desempenha diversas funções em Moçambique, nomeadamente: complemento do consumo; substituição da poupança interna; financiamento do investimento nacional; e promoção do crescimento económico. Neste contexto, ao longo de pelo menos quatro décadas a poupança externa foi usada para complementar o consumo imediato, porque o que se produziu era insuficiente para cobrir as necessidades básicas de consumo. Em média, no período 1960-2010, cerca de 52% da poupança externa, por ano, mobilizada para Moçambique (nas suas diversas formas: dívida externa; investimento directo e ajuda externa) foi orientada para o consumo, enquanto os restantes 48% foram para o investimento.

AIM (Agência de Informação de Moçambique) (2011) “Valores Defendidos Por Samora Extravagam O Âmbito Político.” Notícias - SapoNotícias. SAPONOTÍCIAS. 12 de Agosto. <http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/323608122011210723.html>.

Para Guebuza, os valores e princípios defendidos por aquele que foi o “fundador do Estado moçambicano caracterizam a moçambicanidade e todos os moçambicanos se revêem e identificam como um povo, como uma Nação. Segundo o Presidente da República, Samora Machel soube incutir o seu ideal de liberdade, independência e luta pelo bem-estar para o povo moçambicano, sempre guiado pela Unidade Nacional, pelo princípio de contar com as próprias forças e pela apologia do trabalho árduo.

Cassamo, S., Dava, G., Ginja, V. e Ibraimo, M. (1998) Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Primeira Avaliação Nacional. Moçambique. Ministérios do Plano e Finanças & Universidade Eduardo Mondlane.

Este relatório elaborado por uma equipa multisectorial aborda os critérios oficiais usados para a avaliação da pobreza com base no consumo em Moçambique. Este é um dos documentos muito útil para quem procura perceber as linhas de orientação usadas para estimativas de pobreza no país desde o conceito de pobreza, família e padrão de consumo adoptados para os inquéritos.

Negrão, J. (2001) “Samora e Desenvolvimento.” Disponível em: http://www.iid.org.mz/Samora_e_Developimento.pdf

O artigo defende que Samora Machel não tinha uma política económica para o desenvolvimento. Em matéria de economia Samora era, antes de mais, um homem intuitivo, fiel aos seus princípios e aberto aos conselhos. Mas talvez o mais importante, Samora era um homem que aceitava criticar-se a si próprio e tinha um profundo sentimento de dignidade nacionalista sem ser chauvinista. Durante os dez anos de poder Samora passou por três distintas evoluções no seu pensamento económico: a fase do contar com as próprias forças que se desenrolou entre a data da Independência Nacional e o final da década 1970; a fase das certezas absolutistas do Plano Prospectivo Indicativo de 1980 a 1983; a fase das dúvidas sobre os papéis relativos do Estado e do

mercado que se retractou na Ofensiva Política e Organizacional por ele lançada.

Kushnir, I. (2015) Gastos de consumo de Moçambique, 1970-2012. Ivan Kushnir’s Research Center. Disponível em: http://pt.kushnirs.org/macroeconomia/consumption_expenditure/consumption_expenditure_mozambique.html#p1_4 [Acedido 20 de Agosto de 2015].

Série de tabelas compiladas pelo Research Centre do Ivan Kushnir sobre os gastos de consumo de Moçambique: Gastos de consumo de Moçambique, 1970-2012 (tabela, gráfico); Gastos de consumo per capita em Moçambique, dólares, 1970-2012 (gráfico); Parte dos gastos no PIB em Moçambique, %, 1970-2012 (gráfico); Taxa de crescimento dos gastos de consumo de Moçambique, %, 1971-2012 (gráfico); Comparação dos gastos de consumo de Moçambique e países vizinhos: Gastos de consumo de Moçambique e países vizinhos, bilhões de dólares, 1970-2012 (tabela); Gastos de consumo de Moçambique e países vizinhos, %, 1970-2012 (tabela); Gastos de consumo per capita em Moçambique e países vizinhos, dólares, 1970-2012 (tabela); Parte dos gastos no PIB em Moçambique e países vizinhos, %, 1970-2012 (tabela); Taxa de crescimento dos gastos de consumo de Moçambique e países vizinhos, % 1971-2012 (tabela); Gastos de consumo de Moçambique e países vizinhos, %, 2012 (gráfico); Comparação dos gastos de consumo de Moçambique e os países líderes; Taxa de crescimento dos gastos de consumo de Moçambique e os países líderes, %, 1971-2012 (tabela).

Bases de Dados sobre o Tema Usadas no IESE

World Bank. (2015). World Development Indicators Data. World Bank. Disponível em: http://databank.worldbank.org/data/download/WDI_excel.zip.

World Development Indicators (WDI) é uma colecção de dados, referentes a indicadores de desenvolvimento, realizada pelo Banco Mundial. O WDI apresenta dados, de desenvolvimento global, actuais e precisos disponíveis, fornecidos por instituições dos países ou territórios a que os dados se referem reconhecidas internacionalmente.

Arel-Bundock, V. (2013) WDI: World Development Indicators (World Bank). (Versão 2.4). Disponível em: <http://cran.r-project.org/web/packages/WDI/index.html>

Pacote do Software R com os dados do World Development Indicators sistematizados.

Instituto Nacional de Estatísticas (2008) Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF). Moçambique.

A base de dados do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) contém resultados da pesquisa por amostragem realizada junto aos agregados familiares com objectivo de medir seu nível e estrutura de receitas e despesas em Moçambique.

Instituto Nacional de Estatísticas (2002) Inquérito aos Agregados Familiares (IAF). Moçambique.

Os dados do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF), realizado no período 2002-2003, fornecem informação sobre características demográficas, educação, saúde, emprego, habitações, indicadores de pobreza e vitimização da população em Moçambique.

Vletter, F. de, Lauchande, C., e Infante, E. (2009). FinScope Mozambique Survey 2009 – Survey Report. AustralCowi&FinMark Trust.

O FinScope é uma base que reúne os dados duma pesquisa cujo objectivo principal é medir o perfil dos níveis de acesso e utilização de produtos financeiros serviços (formais e informais) em determinado país através de faixas de renda e outros dados demográficos. O estudo abrange 18 países (15 da África, dos quais 10 na região da SADC e três da Ásia).